

A MIGRAÇÃO COMO MITO FUNDADOR E OUTRAS METÁFORAS: NARRATIVAS DA COLONIZAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ

Idelma Santiago da Silva *

RESUMO

Este trabalho apresenta o relato de usos e interpretações da migração no sudeste do Pará, a partir da segunda metade do século XX. Aborda a migração como noção operacional de intervenção na realidade e sua reificação como problema social. Utiliza-se de variadas fontes, especialmente material de jornal impresso, rimas de histórias e anedotas. A discussão realizada concentra-se nas narrativas da colonização na (re)invenção de territórios e nas lutas de representação sobre pretensões de regionalização, incluindo a questão da “fronteira interna”: a etnicização de migrantes maranhenses.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Fronteira, Identidade.

ABSTRACT

This paper presents the history of uses and interpretations of migration in southeast of Pará, from the second half of the twentieth century. It approaches the migration as an operational concept of intervention in reality and its reification as a social problem. We use a variety of sources, especially newspaper printed material, rhymes of stories and anecdotes. The discussion held, focused on the narratives of colonization in the (re) invention of territories and the struggles of representation about the pretension of regionalization, including an issue of "internal frontier": the ethnicization of migrants from Maranhão .

KEYWORDS: Migration, Frontier, Identity.

Introdução

Este trabalho aborda a construção de discurso ordinário, no sudeste do Pará, que contempla a migração como noção operacional de intervenção na realidade e sua reificação como problema social.

* Historiadora, Especialista em História do Brasil, Mestre em História e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. É professora assistente na UFPA/Campus de Marabá. Este trabalho é parte de pesquisa em andamento (tese de doutoramento). Endereço para contato: Folha 28, Quadra 16, Lote 15, Nova Marabá – 68.506-160 – Marabá/PA, Email para contato: idelmasantiago@gmail.com

No primeiro aspecto, destaca-se o tema da migração como objeto das lutas de representação que se travaram, desde a segunda metade do século XX, no sudeste paraense, visando a classificar e ordenar a realidade. As formas de apropriação desse tema alteram-se nos diferentes contextos das frentes de migração e simultaneamente sofrem as injunções das concorrentes “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991:183).

No segundo aspecto, dentre as possibilidades de análise e descrição, será priorizada a questão de como a migração tem sido construída como problema social no sudeste do Pará, desde a década de 1980, materializando-se na construção do problema do maranhense migrante. A análise de textos que veiculam representações estereotipadas sobre o maranhense migrante corrobora a tese da ocorrência de um processo de etnicização desse migrante na região. Neste particular, o âmbito da categorização dos “maranhenses” é o da interação social e da comunicação cultural que a migração inter-regional tem proporcionado nesta região de fronteira recente no Brasil.

A in(ter)venção dos começos...

As migrações inter-regionais – de “brancos” –, que levaram à ocupação do médio Tocantins desde o final do século XIX, propiciaram encontros e desencontros socioculturais. Contudo, foram as migrações da segunda metade do século XX¹ e o engajamento de novos sujeitos socioeconômicos, originários do Centro-Sul do Brasil, que acirraram os antagonismos entre os diferentes grupos e interesses que se encontraram na região. Nesse aspecto, antagonismos e conflitos foram matizados especialmente pela disputa em torno da apropriação e domínio do território e seus recursos.

Os sujeitos envolvidos nas diferentes frentes de ocupação adotaram estratégias concorrentes de (re)fundação do território. Um primeiro momento foi quando os “pioneiros” construíram os indígenas como o *Outro*, mas não na perspectiva do reconhecimento sociopolítico e cultural, e sim na tentativa de “eliminá-los”, “apagá-los”, enfim, destituí-los de suas territorialidades. “Êstes desejos de extinguir os silvícolas, quer biologicamente pelas

¹ Essas migrações ocorreram no contexto da implantação de infra-estrutura rodoviária, da propaganda da colonização agrícola, dos incentivos fiscais governamentais para a implantação de grandes empreendimentos agropecuários, da instalação de canteiros de obras, especialmente a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e a implantação do Projeto Carajás, e da descoberta da mina de ouro de Serra Pelada.

chamadas expedições punitivas, quer socialmente por um tipo precário de proteção, são determinados por um mesmo objetivo: a posse da terra ocupada pelos grupos tribais” (LARAIA e DA MATTA, 1967:68).

Esse era o contexto da economia da castanha-do-pará e que institucionalizou, na região do médio Tocantins, uma estrutura de poder e prestígio tendo como figuras centrais o fazendeiro e o comerciante da castanha. Além das tentativas de transformar os índios em trabalhadores extrativistas da castanha, as elites difundiam o discurso de que os índios eram ameaça ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, a sociedade regional, de maneira geral, reproduzia antigos estereótipos sobre os indígenas, identificados (categorizados) como *caboclos*: “índio é indolente, sujo, traiçoeiro e ladrão” (LARAIA E DA MATTA, 1967:61).

É na ocorrência da disputa com os indígenas pela terra e recursos naturais que se assenta a narrativa dos “pioneiros” como migrantes fundadores do território. Uma refundação que se fez pela tentativa de “eliminação” dos indígenas das terras e da história do médio Tocantins. O “bago” fundou um novo território numa “desconhecida terra de ninguém”.

Mas, para enfocá-la desde os tempos pioneiros da conquista da desconhecida terra de ninguém – a zona fisiográfica do Itacaiúnas – preferimos chamá-la simplesmente castanha, ou, mais simplesmente ainda 'o bago' [...]

- Vou pro bago! Grito de guerra solto no agreste goiano e nos tabuleiros do Maranhão e, também, pelos beiradões do Tocantins e do Araguaia acima, nos confins onde cochilava a velha cidade de Frei Gil Vila Nova, a dominicana Conceição do Araguaia. [...]

- Olha o bago, moçada!

E, a este grito, os patrões sertanejos deixavam as fazendolas, os 'comércios', os engenhos e as lavouras, e, de mistura com os castanheiros, desciam o rio na cabeça das enxurradas. As primeiras levas, mais numerosas, desciam o Tocantins, vindas de Boa Vista, agora Tocantinópolis, de Santo Antonio, que é agora Itaguatins, e engrossavam no porto de Imperatriz. Eram as caboeiras de Simplício Moreira, dos Maranhão, dos Lopes e dos Milhomem, dos Chamon e de Isaac Araújo, famoso por causa do 'Ciriqueira Campos', ou Cerqueira Campos, desconforme batelão capaz de engolir 300 barricas! E vinha também a caboeira dos Mórba de seu Guimarães.

Vinham em esteiras largas sobre o dorso do rio, marcando os mesmos pousos, de sorte que a 'miunçaia' não chegasse à frente dos patrões acomodados nas capitâneas, comandando a marcha. Eram batelões de dez vogas, 'reboque' de quatro remos, montariões com jacumanzeiro e dois no banco do meio, e ainda os solitários, aqueles que viajavam sozinhos, na cadência dos rojões de viagem longa. Eram espécimes que se destacavam pelo comportamento e pela produção nos castanhais. Mereciam consideração (MORBACH, 1984:118-119).

Nessa narrativa, pioneiros não são todos os migrantes. Há gradações: os “patrões sertanejos”, de um lado, e a “caboeira”, a “miunçaia”, de outro. Fora

“aqueles que viajavam sozinhos”. Mas, ela reconhece como tais aqueles oriundos do antigo norte de Goiás e do Maranhão. Essa frente de migração tem suas histórias dignificadas na memória social local, mesmo após as “refundações” posteriores.

A categoria “pioneiro”, empregada em diferentes “acontecimentos discursivos” - memorialísticos e político-panfletários -, refere-se aos (auto)denominados “desbravadores” da primeira metade do século XX. Faz parte de uma memória que tem reificado a história vivida, especialmente na reiteração dos personagens-heróis da conquista, sublinhando o papel dos “coroneis” – os “patrões sertanejos” do Maranhão e antigo norte de Goiás.

Uma segunda in(ter)venção de territórios aconteceu a partir da década de 1970. Nesse contexto, os usos e as interpretações da migração pelos sujeitos migrantes e pelos “regionais” que já se encontravam na área constituem parte importante das lutas de representação. Parcela destes últimos é “confundida” com os *caboclos* e a “civilização” será obra dos migrantes do centro-sul do país.

Há poucos anos atrás, era justo que se encontrasse, nas margens do Tocantins, o homem denominado 'CARAJÁ'. Bastava ser analfabeto e não saber se vestir bem, para ser um 'CARAJÁ'. UM BAIANO SEM SER DA BAHIA ou o caboclo na expressão mais vulgar. Agora o homem está voltando ao HUMANO (CANDIDO SÁ. *Jornal Itatocan*. Marabá, dez. 1971. Edição do Natal, p. 2).

Por outro lado, é exatamente a partir desse momento, especialmente na década de 1980, que a atualização da memória dos “pioneiros” é demandada. Nesse contexto, de qualquer modo, os antigos estereótipos ou a categorização dos indígenas como *caboclos* permanece, até porque nessa atualização da memória do pioneiro o indígena mantém-se como o elemento de alteridade – simultaneamente ameaça e possibilidade da identidade do pioneiro. Isso também porque na materialização do novo modelo de ocupação, desde a década de 1970, essas narrativas “renovam-se” no diálogo com as visões estereotipadas e discriminatórias que os “novos” atores políticos e econômicos reproduziram sobre as populações locais subalternizadas: “Índios, negros (quilombolas) e *caboclos têm sido considerados* nos planos e nos projetos econômicos para a região como sendo *portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior*” (LOUREIRO, 2002:114). Para os indígenas, as duas frentes de ocupação do médio Tocantins foram igualmente trágicas. Segundo Martins

(2004:7),

A questão da alteridade sempre foi muito problemática nesses deslocamentos territoriais de populações étnicas e culturalmente diferentes. O momento mais dramático, e até trágico, foi sem dúvida o dos anos setenta e oitenta. As revoltas indígenas atenuaram a tragédia e de algum modo ajudaram muito na criação de uma cultura do reconhecimento dos méritos, virtudes e direitos das populações indígenas. O mesmo não aconteceu com os posseiros da frente de expansão, basicamente porque duplamente estigmatizados: de um lado, como inimigos reais das populações indígenas; de outro lado, porque definidos como inimigos reais do progresso econômico.

Em 2004, o jornal *Correio do Tocantins* publicou no espaço de seu Editorial, por ocasião da data comemorativa da emancipação político-administrativa do município de Marabá, um texto com o título “A luta dos desbravadores contra os índios, as feras e os insetos”. Ele evidencia a posição conservadora que tem se mantido nas narrativas sobre os índios, especialmente nomeados “traíçoeiros” e “selvagens” em guerra contra os “brancos”. Além disso, deslegitima-se a ação dos indígenas na defesa de seus territórios: “O índio defendendo terras que consideravam suas e o civilizado, por sua vez, tinha a meritória incumbência de desbravá-las e integrá-las à civilização para aproveitamento de suas riquezas e cultivo do solo” (*Correio do Tocantins*, 5-8/04/2004. Caderno 2, p. 2).

A narrativa dos pioneiros se constrói exatamente quando a contraposição era “real” com o avanço da frente capitalista do centro-sul do país sobre a região. Desse modo, os indígenas, predominantemente, constituíram-se como os *Outros* dessa narrativa, elaborada por uma elite regional que pretende marcar sua posição num contexto de relações de forças que podia tornar-se desfavorável à permanência de sua hegemonia socioeconômica. Essa elite rivaliza ou solidariza-se com os novos personagens, nomeados ou auto-identificados como “bandeirantes” ou simplesmente “paulistas”. Desde então, tiveram que enfrentar a concorrência do discurso do “bandeirante” como aquele que funda ou deve fundar o “novo” território.

A narrativa da colonização da região Norte do Brasil, nesse período, guarda os mesmos sentidos. Segundo Guimarães Neto (2005:520), a palavra *colonização* deseja uma positividade, que “traduz políticas de dominação, nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar o seu futuro”. Segundo Martins (*O São Paulo*, 12/04/1980: 6-7),

esse é o momento de realização de “outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. [...] É bem clara a origem regional e social desses invasores. Eles vêm do sul e do sudeste e estão procedendo a uma verdadeira sulização do norte. São de preferência paulistas”. Ainda segundo Martins (1980), os dados revelavam que naqueles últimos anos os paulistas já eram proprietários de 15,3% da área cadastrada pelo Incra no Estado do Pará. Todavia, a afirmação de Martins sobre uma “verdadeira sulização do norte” soa exagerada, principalmente porque as antigas elites (oligarquias) regionais tiveram seus interesses favorecidos pelas ações do governo federal na região (PETIT, 2003:283).

Esses “novos” e antigos personagens implantaram empreendimentos econômicos que demandavam trabalhadores e também a “eliminação” daqueles, real ou potencialmente, concorrentes pelo território e seus recursos. O que se viu construir desde então, especialmente a partir da década de 1980, foi o rebaixamento moral e sociocultural de determinados grupos de migrantes. O *Outro* é agora também migrante dessa nova frente de ocupação, mas não é o “bandeirante”. O discurso da migração começa a operar para produzir os sentidos das relações para “fora” e para “dentro” da região.

A maioria dos migrantes das últimas três décadas do século XX, para a região do sudeste do Pará (médio Tocantins), é constituída de sujeitos das classes subalternas. Os sentidos dos deslocamentos foram diversos. Na década de 1970, predomina a migração de camponeses em busca de terras livres para “ocupar” e se reproduzir; na década seguinte, simultaneamente a esta anterior motivação, acentua-se a migração por trabalho e ocupações diversas. Esses migrantes procedem, sobretudo, da migração intergeracional nordestina (SILVA, 2006). Na década de 1980, Almeida classificou duas frentes de migração para a “fronteira agrícola” amazônica:

[...] a primeira, que chamamos de “sulista”, compõe-se de um fluxo de migrantes oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste, bem como de nordestinos 'reciclados'. Tem penetrado na Amazônia através do Centro-Oeste e, hoje, dirige-se prioritariamente para Rondônia e Mato Grosso. A outra, que chamamos prosaicamente de 'outros migrantes', compõe-se de um fluxo predominantemente nordestino; no entanto, inclui também capixabas e migrantes de outras partes do país. Tem penetrado na Amazônia geralmente através do Pará, e já se defronta com o fluxo sulista na região mato-grossense e do sudeste do Pará (ALMEIDA, 1984:39).

No sudeste do Pará, dos imbricamentos dos discursos dos “pioneiros” e dos

“bandeirantes” a definição dos *Outros* das relações socioculturais se torna objeto das lutas de representação. De um lado, a migração ganha sentidos positivos quando se trata de definir a região em alteridade com o norte do Estado ou à *Amazônia*. A migração converte-se no critério cultural de identidade regional, instrumento mobilizador do sentimento de pertencimento de uma população socioculturalmente heterogênea.

Por outro lado, a migração, internamente, é construída como problema quando integrada por pobres, sobretudo maranhenses e de outros Estados nordestinos. Desde então, os maranhenses passaram a ser indesejados ou apenas demandados como mão-de-obra, quando a (re)fundação do território - “eliminado” o índio - tornava “imperiosa” nova classificação sociocultural que designasse aquele a ser “eticizado” e fornecesse os “braços” para o trabalho mais penoso e degradante de exploração econômica – as atividades que “possuíam” o território.

“Entre práticas e representações” de regionalização

O sul do Pará, hoje, tem pouco mais de 10% de pessoas nascidas no Estado. O restante é originário de uma corrente migratória que formou uma cultura de perfeita homogeneidade, resultado de muita luta, trabalho incansável e crença na região para onde vieram como verdadeiros bandeirantes (*Jornal Convergência*. Marabá, nº 18, 11 a 18/11/1993:6).

Esse é um discurso de características político-panfletárias que tenta afirmar uma identidade regional coesa, isto é, que nega a existência de fronteiras internas. Seu contexto é o da demanda pela separação político-territorial do Estado do Pará, ou seja, pela criação do Estado de Carajás.

Tal discurso contém os temas da apropriação econômica do território e das relações de poder ou de domínio jurídico-político sobre o espaço regional. A intenção de criação do Estado de Carajás constitui pretensão de elites sociopolíticas à consolidação de um território político-disciplinar capaz de arbitrar as relações de forças sociais favoravelmente ao modelo de “desenvolvimento” baseado na exaustão dos recursos naturais e na concentração da riqueza. Por isso, esses discursos de regionalização realizam classificações práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais (BOURDIEU:1989).

Nos discursos que visam a estabelecer as fronteiras “exteriores” e delimitar uma identidade para a região, desde a década de 1970, sobressaem-se, de uma parte, enunciações que remetem a um ideal de identidade representado pelo centro-sul do país e, de outra, (re)criam um *Outro* representado pela Amazônia *nortista* (da qual espera-se manter separado). Além disso, no âmbito da fronteira “interior” têm-se discursos que identificam os *Outros* que a suposta identidade regional não quer ser/assumir. A questão é como excluir os “indesejáveis”, isto é, como invisibilizá-los e eliminá-los da identidade regional. Por isso, a existência de discursos que visam à construção de territorialidades culturais que valorizam certos grupos e suas contribuições e desqualificam ou invisibilizam outros. Enfim, que produzem campos de força e referência que atuam para “disciplinar” os sujeitos para essas fronteiras *imaginadas* e permeadas por nuances políticas e de classe social.

Quem são “os verdadeiros bandeirantes”? Já aqui o discurso, que até então parecia coeso, expõe suas fraturas. A narrativa dos “bandeirantes” ou dos “pioneiros” nunca incluiu a maioria dos sujeitos da história vivida, mas tem atuado com a força de delimitar “origens” e destacar personagens e seus papéis, especialmente na história das ocupações de novos espaços físico-geográficos no interior do território nacional.

O discurso sobre o migrante bandeirante no sudeste do Pará dialoga com o mito do bandeirante construído pelos paulistas: “aparece como um personagem heróico, capaz de feitos importantes, graças ao seu espírito de mando e ousadia nos empreendimentos” (SANTOS, 2008:31). É o discurso de uma elite político-econômica, predominantemente originária do centro-sul, que visa a naturalizar uma *di-visão* da realidade marcada pelas desigualdades na ocupação do território, pela exploração predatória dos recursos naturais e pelo “rebaixamento” da maioria da população migrante como mão-de-obra disponível e barata, podendo, inclusive, ser submetida a regime de trabalho escravo.

Em 2001, um fazendeiro de Rondon do Pará, acusado de utilizar trabalho escravo e de assassinar trabalhadores migrantes, inclusive naquele momento suspeito de mando do assassinato do trabalhador maranhense e pai de família, Manoel Ferreira dos Santos, respondeu ao *Jornal do Brasil* (11/12/2001:7): “O que falta na região é mão-de-obra qualificada. Esses vagabundos não querem trabalhar”. Em 2005, Carlos Xavier, então presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), discursando para lideranças ruralistas, em Belém, criticou a representação do Pará como “Estado bandido, grileiro e escravagista” e afirmou: “Vocês são heróis, homens

dignos e sérios que produzem alimento e conseguem manter a economia do País estabilizada. Este é o produtor rural paraense” (*Diário do Pará*, 16/03/1005. Caderno Cidades:8). No sul e sudeste do Pará, os “bandeirantes” querem “ordem” e não desejam serem constrangidos nas suas atividades econômicas.

O presidente do Sindicato Rural de Redenção, Luciano Guedes, argumenta com o passado dos bandeirantes para justificar a derrubada de árvores seculares para tornar rentáveis milhares de hectares transformados em pastos e plantações de soja. [...] 'Por que sou considerado um depredador, se estou ajudando a construir o Pará, como fizeram os desbravadores de outras regiões?'"(*O Liberal*. Belém, 11/11/200. Sul do Pará:3).

O imbricamento de interesses e visões de antigas elites regionais e dos “novos” bandeirantes produz e veicula um discurso das vantagens da migração, desde que cada grupo social assuma o “seu lugar” no processo de ocupação do território.

O amazônida, prisioneiro da Natureza assiste empolgado à penetração das matas pelas possantes e complexas máquinas que constroem a Transamazônica. [...] O amazônida, despertado pelas Trombetas da Civilização, vai desmentir sociólogos e historiadores, unindo suas forças e sua coragem à técnica e experiência do sulista à bravura e perseverança do nordestino [...]. Já era tempo de o Sul vir de encontro ao Norte (BARROS, João Maria. *Revista Itatocan*, Marabá, jan. 1971, ano 8, nº 1).

Nessa representação da migração, as contribuições do caboclo e do nordestino são aquelas necessárias ao enfrentamento do trabalho braçal em condições extremamente adversas. Além disso, o “nativo”/caboclo é um sujeito em “extinção”, estágio a ser superado. Já a contribuição do “sulista” diz respeito à técnica e à experiência, isto é, deverá ocupar posição de planejamento, de controle do processo e das formas de exploração econômica do território.

Nesse discurso predomina a intenção de promover a (des)territorialização dos *nativos* nas dimensões físico-econômica, política e cultural. No caso dos migrantes pobres, a dinâmica *imaginada* é aquela na qual deve predominar uma territorialização apenas precária desses sujeitos no novo espaço. Já o modelo civilizacional supostamente representado pelos migrantes do centro-sul constitui-se na representação daquele que funda (ou deve fundar) o *novo* território.

Que autoridade tem esse discurso? Esse é um discurso que participa diretamente da luta para definir a realidade. Por isso, é constituído e constituinte das relações de força

presentes na sociedade (BOURDIEU:1989). Inclusive porque, muitas vezes, são enunciados a partir de espaços institucionalizados como legítimos lugares de fala, como a imprensa, ou pela exibição de um poder de representação social ou política que confere autoridade ao discurso.

No sudeste do Pará, disputa-se o espaço, especialmente como exercício de poder e como fonte de recursos. Os sujeitos são aqueles que se autodenominam colonizadores, como neste trecho de declaração de princípios de entidades patronais do Pará: “O Pará, notadamente na sua área sul-sudeste, foi ocupado por brasileiros que ansiavam participar de um amplo processo colonizador” (*Correio do Tocantins*. Marabá, 19 a 21/05/2008. Caderno 2:2). Esses colonizadores fazem questão de destacar sua distinção (separação) da Amazônia e não desejam ter seus interesses contrariados pelo Estado. Exemplo disso é a fala de José Diamantino, paulista de Regente Feijó, dono de concessionária de veículos e fazendas no sudeste do Pará.

É verdade que se diga, porém, que esse pessoal que chegou aqui há vinte, trinta anos, na verdade foram chamados para aqui investir. Foram chamados na época da construção da rodovia Transamazônica (BR-230) a desenvolver a região. Veio gente grande, média e pequena, isso do ponto de vista do potencial econômico para desbravar isso aqui. É claro que numa região pioneira, tudo tem um caráter precário. Criou-se aqui na Amazônia alguns costumes, que são diferentes da Europa e dos Estados Unidos. Essa relação trabalhador-empregador na zona rural diferente daqui do Pará em comparação com o Estado de São Paulo. Como aqui o Governo não dava médico, serviço dentário, educação e outras obrigações previstas em Lei, que seria o normal. Ao longo do tempo como o Estado não aparecia, o proprietário bancava tudo isso. No sul do Pará não se tinha a cultura de registrar os empregados, assim como, a bem pouco tempo, não era costume na zona urbana se registrar as empregadas domésticas. Após uma maior presença do Estado acho que essas questões acabam por se resolverem com o tempo, não com a força (Entrevista com José Francisco Diamantino. *Diário do Pará*. Belém, 17/07/2004. Regional:3).

Esse texto é interessante para observar como os discursos de identidade envolvem usos estratégicos. Quando infere que na Amazônia criaram-se costumes diferentes dos da Europa, dos Estados Unidos e de São Paulo (o modelo colonizador), qualifica-se a fronteira como espaço precário e culpa-se o Estado pelos [maus] *costumes*. O modelo civilizacional é o mesmo e os seus sujeitos também, mas justificam-se os supostos contrastes como ocorrências *naturais* das circunstâncias envolvidas (precárias). Subjacente a esse discurso, há também a afirmação da visão

do espaço físico-natural amazônico – por isso, nesse texto, a região é integrada à Amazônia – como o condicionante dos *desvios* do modelo idealizado, algo que se construiu como *cultura* contrariamente aos seus sujeitos. Enfim, uma imposição do mundo natural que naturaliza também as relações sociais construídas.

Se o Estado não deve agir com sua força contra esse sujeito *colonizador*, por outro lado, sujeitos em condições de subalternidade e que têm se organizado e disputado espaços físicos e simbólicos e as perspectivas de desenvolvimento do território, são nomeados nos discursos desses *colonizadores* como *casos de polícia*, contra os quais o Estado deve aplicar toda sua força repressiva. Quando, em 2006, os índios Xickrin ocuparam as instalações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na Serra dos Carajás, reivindicando o cumprimento dos repasses financeiros, objeto de acordo compensatório aos povos locais, a CVRD veio a público afirmar que os índios eram caso de polícia. O jornal *Opinião* (2 a 3/11/2006), além de divulgar a “nota de esclarecimentos” da CVRD, publicou uma página inteira de reportagem sobre o assunto, na qual reproduz um discurso de rebaixamento da ação dos indígenas, classificada como atos de violência e de desordem, uma clara adesão à versão da Companhia. Na fala do diretor executivo de Assuntos Corporativos da mineradora, Tito Martins, predominaram representações que visavam desqualificar e criminalizar a ação dos indígenas.

[...] As empresas privadas não podem mais conviver com ilegalidades promovidas por índios, que vêm lançando mão de ações que podem ser caracterizadas como crimes de cárcere privado, roubo, extorsão, dano, invasão de estabelecimento industrial, formação de quadrilha, perigo de desastre ferroviário e desobediência (*Opinião*. Marabá, 2 a 3/11/2006:4).

A naturalização de um modelo de desenvolvimento e a inevitabilidade de seus males têm sido discurso difundido como forma de convencimento que, nesse processo, parcela da sociedade deve mesmo “pagar os custos” negativos resultantes.

O *Correio do Tocantins* (9 a 12/02/2007. Caderno 3:3), ao fazer referência à interdição da Estrada de Ferro Carajás pelos Guajajara, em 2006, além de ressaltar que as etnias indígenas “não puderam opinar sobre seu próprio destino” quando da construção da ferrovia, assinalava: “Resta à Vale rezar para que a moda não pegue, e que as populações marginalizadas de Carajás não sigam o exemplo dos indígenas”.

Em 2007, depois da ocupação da Estrada de Ferro Carajás pelo Movimento dos Sem Terra (MST), em Parauapebas, o presidente da CVRD, Roger Agnelli, afirmou: “O MST é um caso de polícia. É uma questão de ordem e de estado de direito” (*Correio do Tocantins*, 30/11 a 3/12/2007. Caderno 3:3). Na ocasião, em outubro de 2007, *O Liberal* (8/10/2007. Poder:9) divulgou a notícia da possibilidade de fechamento da ferrovia com os seguintes destaques: “MST deixa Exército de prontidão” e “Fazendeiros da região estão em alerta, temendo novas invasões de propriedades”.

Não é estranho que a “Declaração de princípios” divulgada por entidades patronais do Estado do Pará (Belém, 14/04/2008) tenha ocorrido justamente quando a CVRD estava sendo confrontada diretamente por movimentos camponeses e garimpeiros. Esse documento expressava a coesão da classe patronal/empresarial atuando em diversos empreendimentos econômicos na região, desde o agronegócio às empresas de mineração.

Ainda que não seja objeto desse trabalho, vale ressaltar que, nesse contexto, coexistem as contra-narrativas da colonização e elas participam da disputa pela região entendida como “*aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço*”. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é um botim de uma guerra” (ALBUQUERQUE JR., 2001:26). Além disso, os grupos subalternos têm sido portadores de um projeto de refundação territorial mais universalizante do que aquele cujos portadores (“colonizadores”) estão defendendo, acima de tudo, seu patrimônio e seus lucros. Por isso, para esses últimos é uma “questão de ordem e de estado de direito”, isto é, da existência de um arbítrio hierarquizador, disciplinador e punitivo. Para esses, são fundamentais os esquemas de classificação do mundo social, as práticas que ressaltam e fazem reconhecer uma identidade social, e que buscam rebaixar e “eliminar” identidades concorrentes.

A (des)graça desse riso... e suas encenações

Estudos sobre o migrante nordestino no Brasil ressaltam processos sistemáticos de construção e reprodução de estereótipos discriminatórios sobre esse grupo. Para Guillen

(2000), no Brasil, circula uma imagem que associa nordestino a migrante e, segundo Póvoa Neto (1994:20), essa associação e essa maneira de reconhecer o Nordeste constituem-se numa estigmatização, relacionando-se ao fato de que foi “efetivamente a região que, historicamente, mais contribuiu para as necessidades de força de trabalho da economia nacional”. Além disso, a “invenção do Nordeste” e da identidade nordestina, marcadas por visão negativa e de vitimização (ALBURQUERQUE JR., 2001), contribuíram para a reprodução de estereótipos que marginalizam e discriminam o nordestino migrante em diferentes regiões do Brasil.

Na problemática da fronteira cultural, em relação à diferença representada pelo maranhense migrante no sudeste do Pará, pode-se localizar pelo menos três situações interrelacionadas e hierarquizadas: (a) quando se refere à frente migratória da primeira metade do século XX (“frente pioneira”), suas contribuições são assumidas como práticas do passado, como folclore – “a beleza do morto” (CERTEAU, 1995); (b) nas migrações das últimas décadas do século XX e início do século XXI, ocorre a marginalização e a invisibilidade de suas contribuições socioculturais, devido à contemporaneidade de sua presença e sua condição de existência social (migrantes “pobres”), tais quais seu aporte de matriz cultural negra; e, por fim, (c) tem ocorrido a visibilidade desses migrantes através de estereótipos que os inferiorizam e estigmatizam também suas experiências. Contudo, esse migrante tem evitado assumir o realce negativo das alter-atribuições de identidades de que é objeto e, raramente, assume como preconceito discricionário o conteúdo dessas atribuições. Se, por um lado, essa postura tem evitado uma posição de vitimização, por outro, pode significar um mecanismo de dissimulação.

A hipótese de que, desde a década de 1980, está em curso um processo de etnicização do migrante maranhense no sudeste do Pará, refere-se a um processo de categorização étnica, compreendida como aquela “definida como um simples agregado de indivíduos colocados em condições comuns ou percebidos como similares pelos *outsiders*” (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998:83).

A construção de um saber ordinário composto de estereótipos discriminatórios sobre o maranhense tem tido lugar nas anedotas e rimas de histórias. Segundo Possenti (1998), as piadas são interessantes para estudo porque geralmente abordam temas socialmente controversos, domínios discursivos “quentes” que possibilitam reconhecer manifestações culturais e ideológicas. Nelas, veicula-se geralmente um discurso proibido, isto é, não assumido oficialmente.

- O que é um nada dentro do nada ouvindo nada voltando pro nada? É um maranhense dentro de um fusca ouvindo regue e voltando pro Maranhão.
- Deus fez o mundo em seis dias; no sétimo dia o diabo riscou o Maranhão.
- Porque cachorro não segue enterro de maranhense? Porque quem enterra merda é gato!
- Por que cigana não lê mão de maranhense? Porque maranhense não tem futuro.
- Os maranhenses ficaram felizes porque foi descoberto um estado pior que o Maranhão. Qual é? O estado de coma.
(domínio público)

Nessas rimas de histórias sobressaem representações correntemente reiteradas sobre os maranhenses migrantes e sobre o Maranhão: (i) o maranhense está na história, mas numa condição de existência humana rebaixada/desqualificada; e (ii) pior: é uma questão ontológica (imane de seu ser), um estigma. Noutros textos sobressaem representações do maranhense como aquele que se multiplica com intensidade primitiva e espalha-se – como “*praga*” – para fronteiras próximas e distantes. No texto, a seguir, o maranhense é definido como força de trabalho braçal, que não tem alternativa, e a enunciação do termo “*raça*” configura um aprendizado histórico: a condição e o sujeito que trabalha desde os tempos da escravidão. “- *Maranhense é praga! - É a “raça” mais trabalhadeira! - Mas é só força física. [...] - As mulheres maranhenses têm muitos filhos*” (fragmentos de diálogo entre pessoas num ônibus interestadual, registrado pela autora, em março de 2008).

As representações mais comuns, veiculadas principalmente nas piadas, são as de que o maranhense é ignorante e culturalmente atrasado.

- O maranhense estava indo para Macapá, quando chegou em Belém ele tinha que pegar um navio. Quando o navio já estava cheio, o capitão pelo interfone disse: - o navio vai partir. Então, todos os maranhenses pularam dentro do rio (domínio público).

- Situação de sala de aula: A professora apresenta um questionamento a um aluno e outro colega responde: - Ele não sabe. Ele é maranhense. A professora: - Você sabe? O aluno: - Não. Eu também sou maranhense (registrado pela autora, 2008).

Outra situação de sala de aula é provocadora. Os alunos assistem a um filme-documentário sobre trabalho escravo rural contemporâneo no Brasil e alguns riem (um pouco timidamente) quando um trabalhador *libertado* da escravidão fala que seu

ex-patrão (dono de carvoaria). Ao ser indagado sobre o *pagamento* dos serviços realizados, teria afirmado que “direito de maranhense aqui é o tiro de uma espingarda calibre 36 que eu tenho lá no meu barraco. Aqui pode faltar feijão para o trabalhador, mas o cartucho pra matar um aqui não falta” (CEJIL, CPT e WITNESS, 2006). Como uma situação que não é engraçada pode provocar riso? Isso indica a memória social consolidando-se em torno do tema do maranhense, na qual, no mínimo, se considera *normal* que este sujeito seja objeto de ridicularização e estigmatização, isto é, ser motivo de piada e riso, ainda que a situação representada seja trágica/violenta. Além disso, que seja *aprisionado* numa marcação fixa de identidade que o inferioriza mediante os outros grupos sociais.

A situação relatada pelo trabalhador maranhense no filme é evidência de como os estereótipos se mantêm como repertório “ativado pelos atores em ocorrências situadas e com objetivos interacionais específicos” (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998:172) que podem ser numa situação de conflito ou não, como, por exemplo, quando um taxista na cidade de Marabá afirma a uma passageira: “Você não é maranhense”. A passageira: “Por que você está dizendo isso?” O taxista: “Você pensa”.

Apesar de o tema envolver universo de representações mais ou menos delimitado, porque ocorrem pela reiteração, esses textos são inumeráveis na região e são recorrentemente enunciados em diversas circunstâncias.

Considerações finais

A nomeação do maranhense como o “outro” inferiorizado num contexto em que quase “todos” são migrantes e mesmo os “nativos” são, em geral, provenientes da migração maranhense e de demais Estados nordestinos, pode ser entendida, entres outras vertentes, como atitude de “defesa”, considerando que os maranhenses, historicamente, formam o maior grupo regional de migrantes. Mas a perspectiva é racista porque a questão é como não se deixar “contaminar” com esse “outro”, íntimo e numeroso, mas que perturba com sua pobreza, sua *ignorância*, seu “destino singularmente punitivo” (SAID, 2007:59). Articulando elementos de classe social, étnico-cultural e de procedência geográfico-regional, constrói-se um “outro” migrante, o escolhido como culpado pelos males circundantes, devendo, portanto, ser objeto de separação – se não *real*, pelo menos *imaginária* – e inferiorização.

Nesse aspecto, o que está sendo construído é um racismo como dispositivo social de dominação. Além disso, no caso do sudeste do Pará, porque esse *outro* coloca em xeque a pretensão de identidade regional. Como ressalta Koltai (2005:180), sobre um dos aspectos da intolerância no mundo contemporâneo: “Tolerância zero para todos aqueles que nos devolvem uma imagem de nós mesmos com a qual não podemos e não queremos lidar”.

Enfim, uma história dos usos e interpretações da migração no sudeste do Pará parece apontar para acontecimentos discursivos de um saber ordinário que, por um lado, a “mesma” realidade tem servido para inaugurar “começos” e realizar a “unificação” de identidades; por outro, a migração tem sido erigida como problema social. Daí, a migração é mais bem traduzida como uma metáfora, na qual, historicamente, vários interesses, necessidades e carências, de sujeitos diferenciados e desigualmente situados no contexto têm sido postos, expostos ou esconjurados, mantendo sempre presente – e atualizado – seu potencial operacional sobre a realidade.

Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. Somos todos bandeirantes! *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 34, p. 25-27, Julho 2008 (Dossiê Bandeirante).

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. A expansão da fronteira. *Ciência Hoje*. SBPC, v. 2, n. 10, p. 38-39, jan./fev., 1984.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 107-132.

CEJIL, CPT e WITNESS. *Aprisionados por promessas: a escravidão rural contemporânea no Brasil*. Brasil, 2006 (filme documentário, 17:18min.).

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. (Trad.). Campinas: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5), p. 173-191, 1991.

GUILLEN, Isabel C. M. “Expatriados dentro da própria pátria”: a migração nordestina para a Amazônia. *Travessia*. São Paulo: CEM, n. 37, p. 31-35, mai-ago., 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHAULHOUB, S., NEVES, M. de S. e PEREIRA, A. de M. (Orgs.). *Histórias de cousas miúda: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 519-546.

KOLTAI, Caterina. Migração e racismo: um sintoma social. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 175-181.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

MARTINS, José de Souza [entrevista]. Frentes de expansão: os novos espaços dos velhos problemas. *Travessia – revista migrante*. CEM, p. 5-8, jan./abr., 2004.

MORBACH, Augusto. Os tempos pioneiros da Castanha do Pará em Marabá. In: MARABÁ. Prefeitura Municipal. *A história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização. De 1892 até nossos dias*. Ademir Braz et. all. Marabá, 1984, p. 118-123.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e Nordestinos no Brasil. *Travessia*. São Paulo: CEM, n. 19, p. 20-22, mai-ago., 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Elchenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, Fabio Lopes de Souza. Herói em construção. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 34, p. 30-34, julho 2008 (Dossiê Bandeirantes).

SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. 188f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006.